

O ESTADO DA UNIÃO EUROPEIA EM 2026

O Discurso sobre o Estado da União Europeia é uma tradição política europeia recente, mas nem por isso menos relevante. Este exercício de prestação de contas sobre o trabalho feito durante um ano; de reflexão sobre os desafios que a Europa enfrenta a cada momento; e sobre as propostas que a Comissão pretende apresentar para responder às grandes tendências, internas ou globais; é um momento em que a Democracia europeia se cumpre. **A prática que José Manuel Durão Barroso inaugurou** tem marcado, ao longo de mais de 15 anos, a actualidade europeia e, por norma, tem **antecipado o programa de trabalho anual da Comissão Europeia** com o anúncio dos principais temas que este vai compreender. É um momento de verdadeiro escrutínio, mas pode e deve ser também uma oportunidade de debate e reflexão.

Este ano, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, "abriu" o discurso - e o ano político europeu - com uma citação que foi mais que um recurso literário, mas um verdadeiro esteio do seu discurso, ancorado num diagnóstico da actualidade. "*Era o melhor dos tempos, era o pior dos tempos*" é a conhecida abertura do "A História em Duas Cidades" de Charles Dickens, que pretendia sublinhar a dualidade intrínseca dos tempos de mudança. Com efeito, Von der Leyen afirmou-o claramente: **o estado da União nunca foi tão forte e nunca pareceu tão precário**. É esta tensão entre percepção e realidade e, talvez ainda mais, entre a urgência de agir e o atraso na acção, que sustenta todo o discurso, focado na ideia de que, finalmente, temos de avançar. E temos mesmo de avançar.

É a partir dessa ideia mais filosófica que a Presidente da Comissão parte para a conclusão que preside a todo o discurso: "*só a Europa pode dar aos europeus verdadeira soberania*". Há muito que os adversários da integração europeia se apropriaram do conceito de soberania, transformando-o num sinónimo de isolamento e numa proposta nacionalista. **Von der Leyen fez o oposto: reclamou a ideia de soberania para o projecto europeu**. Não a soberania da fronteira, mas a soberania da escala; não a de quem decide sozinho, mas a de quem só decidindo em conjunto consegue, de facto, fazer a diferença. Esta afirmação europeísta é mais que uma discussão de dialética, mas um verdadeiro combate entre a proposta do aprofundamento da integração e a proposta do isolacionismo. Que a Comissão trave este combate abertamente é, em si mesmo, uma notícia. Uma boa notícia.

Mercado Interno: do diagnóstico à acção

A Presidente da Comissão foi coerente com o que tem vindo a afirmar, ao longo destes seus mandatos - sobretudo neste segundo - e **identificou a competitividade da economia europeia como "*a prioridade número um*",** ancorando a generalidade das propostas nos relatórios Draghi e Letta. O compromisso de concluir a reforma do Mercado Único até ao final do próximo ano são, se cumpridos, das medidas com maior potencial transformador de toda a legislatura, mas de difícil execução. A Europa continua a fragmentar aquilo que devia unir: a regulação de sectores críticos, o capital disponível ou a supervisão de actividades essenciais. Um continente com um mercado imenso, poupança abundante e uma das moedas mais fortes do mundo não pode continuar a comportar-se como um arquipélago de vinte e sete economias.

O discurso foi, nesta matéria, bastante concreto nos anúncios e objectivos: aceleração do licenciamento (veremos como os Estados-Membros darão seguimento a esta ambição), redução da carga administrativa em cerca de 17 mil milhões de euros por ano através dos pacotes *Omnibus*, uma verdadeira **União das Poupanças e dos Investimentos**, um novo pacote para o sector bancário orientado para o crescimento e não apenas para a estabilidade. Mas o momento mais revelador foi outro. Ao propor um "pacto contra o *gold-plating*", ou seja, contra o excesso de zelo regulatório com que as capitais nacionais agravam as regras europeias, a Presidente devolveu a responsabilidade a quem tantas vezes se esconde atrás de Bruxelas. É um ponto que importa destacar: **boa parte da burocracia que os cidadãos atribuem à União nasce, afinal, nos Estados-Membros**. O problema europeu, hoje, não está no que se sabe que é preciso fazer. Está na vontade de o fazer, e essa vontade decide-se, em grande medida, fora de Bruxelas.

O discurso sobre a integridade de um Mercado Interno completo, verdadeiramente único e alavancado por investimento dinamizado por uma União Bancária plena e por uma União dos Mercados de Capitais (agora da Poupança e do Investimento) dinâmica não é uma narrativa nova. É revelador do tempo que estamos a levar para cumprir missões que os cidadãos europeus esperam ver realizadas.

Defesa e Segurança: o salto institucional mais ousado

Há um domínio em que Von der Leyen foi mais dura: foi o da segurança. E fê-lo por necessidade, não por escolha. O "incidente" com um *drone* em Leipzig, os acontecimentos na Lituânia, a sabotagem, os ciberataques... Von der Leyen resumiu-o numa frase que merece ser registada: as ameaças híbridas que enfrentamos são "*cada vez menos híbridas e cada vez menos ameaças*". **São, cada vez mais, agressões declaradas em solo europeu**.

A resposta anunciada é ambiciosa a um ponto que ainda há poucos anos seria impensável. Uma nova estratégia europeia de segurança. Um Instrumento Europeu para "*Capacitadores*" Estratégicos: os

multiplicadores de força (defesa aérea e antimíssil, transporte estratégico, reabastecimento em voo, espaço, cibersegurança) que a guerra na Ucrânia revelou serem decisivos), alinhado com a NATO. E, sobretudo, duas propostas de arquitectura política e institucional: um "**Artigo 4.º Europeu**", ou Protocolo de Emergência e de Segurança, que vincula os Estados-Membros a reunir-se e a coordenar-se para uma resposta rápida e eficiente quando um se um deles for atingido por incidentes abaixo do limiar da agressão armada clássica; e um **Conselho Europeu de Segurança**, um formato de líderes que incluiria parceiros como a Ucrânia, o Reino Unido, a Noruega ou o Canadá.

Aqui, um imperativo de lucidez obriga-nos a uma dupla leitura. Politicamente, é o reconhecimento de que **a doutrina, as instituições e os processos de decisão da União foram concebidos para um Mundo que já não existe**. Foram desenhados, como disse a Presidente da Comissão, para a busca do consenso, quando o que a hora exige é capacidade de reacção rápida. É uma admissão corajosa. Mas é também aqui que se encontra o maior risco deste discurso: a distância entre o anúncio e a capacidade de execução. Um "*Artigo 4.º Europeu*" toca no nervo mais sensível da soberania nacional, dos processos de decisão instituídos pelos tratados e da coordenação no quadro da Aliança Atlântica.

A "Europa da Defesa" foi prometida demasiadas vezes para que o cepticismo não seja legítimo. O aumento significativo da despesa em Defesa nos últimos cinco anos é real e notável; falta transformar despesa em capacidade, e capacidade em dissuasão credível. O teste não será o discurso. Será o Conselho, ou seja, a vontade política dos Estados-Membros.

Inteligência Artificial: o grande desafio do nosso tempo

No capítulo da Inteligência Artificial, o discurso amadureceu de forma significativa. **Onde antes dominava a lógica da regulação surge agora uma dupla mensagem, mais equilibrada e mais realista**. Por um lado, um alerta de segurança que teria soado alarmista há um ano e que hoje é consensual entre os próprios criadores e líderes industriais da tecnologia: os riscos dos modelos de fronteira, dos agentes que "escapam" ao seu ambiente, dos sistemas que recorrem aos próprios recursos procurando a autossuficiência. Von der Leyen anunciou que convidará os principais actores deste mercado para discutir como "*abrandar o ritmo*" e como cooperar com parceiros como o Canadá e o Reino Unido na avaliação e verificação de modelos. É a Europa a tentar fazer, na IA, aquilo que fez noutros domínios: definir a norma antes que a norma seja definida contra ela.

Por outro lado, foi importante o reconhecimento de que a próxima etapa da inovação não se joga apenas nos modelos de fronteira, mas na aplicação. A analogia da imprensa, ensaiada pela Presidente da Comissão, foi certeira: foi inventada na Alemanha, mas foi dominada e aplicada em toda a Europa. O valor, disse Von der Leyen, está em levar a IA "*do ecrã para a economia real*": a fábrica, o hospital, a agricultura de precisão, as redes de energia, a Defesa. A aposta em cinco sectores de IA industrial (Saúde, Transportes, Indústria Agro-alimentar, Indústria Avançada, Defesa e Espaço) e o exemplo da

mamografia assistida por IA traduzem uma filosofia que é reveladora da forma como a Presidente da Comissão olha para estes sistemas: "*IA com agência humana*", que capacita o médico em vez de o substituir. Resta a pergunta incontornável, que o discurso não resolveu inteiramente: **pode a Europa, ao mesmo tempo, regular com rigor e competir com velocidade?** A resposta dependerá menos de declarações e mais de capacidade de computação onde continuamos, hoje como desde a emergência destas tecnologias, dependentes.

Comércio Internacional: uma frente de combate pelos nossos valores

O plano do comércio internacional foi um capítulo particularmente duro do discurso. Um **défice comercial com a China de mil milhões de euros por dia**. Uma dependência superior a 80% em matérias-primas críticas e de 90% em algumas terras raras. Von der Leyen foi inequívoca: "*o segundo choque chinês não está a chegar; já cá está*" Anunciou o recurso a "*todos os instrumentos disponíveis*" para reequilibrar a relação e a criação de uma nova Corporação Europeia para as Matérias-Primas Críticas, destinada a adquirir e a constituir reservas estratégicas. É o fim de uma certa ingenuidade e a consagração de um conceito que ainda há poucos anos era tabu: a segurança ou... a soberania económica da Europa.

Mas o gesto geopolítico mais eloquente e **a verdadeira surpresa do discurso esteve na relação com o Canadá**. Perante a fractura do sistema internacional baseado em regras, a Europa optou por reforçar coligações com quem partilha os seus valores e o convidado de honra foi o **Primeiro-Ministro Mark Carney**. O anúncio, porém, foi muito além do previsto: a passagem do CETA a uma "*Aliança para o Futuro*" é apenas o primeiro passo de uma ambição maior: a de trabalhar para que **o Canadá se torne no primeiro *Membro Associado* da União Europeia**. Não um parceiro estratégico entre muitos, mas uma categoria institucional inteiramente nova, um grau de proximidade sem precedentes com um país que não é europeu.

O alcance desta ideia é difícil de medir. A União tem discutido, há anos, formas de integração gradual: círculos concêntricos, adesões faseadas, estatutos intermédios. Tudo isto sobretudo a pensar na Ucrânia, nos Balcãs Ocidentais ou no Reino Unido. Atribuir este estatuto especial, pela primeira vez, a um país do outro lado do Atlântico é uma decisão de outra natureza. Significa afirmar que aquilo que aproxima a Europa do Canadá (a Democracia, o Estado de Direito, uma certa maneira de olhar o mundo, do Árctico à segurança económica) pode pesar mais do que a própria geografia.

Um europeísta não pode deixar de admirar a audácia do gesto, sobretudo num momento em que a relação transatlântica atravessa a sua fase mais incerta desde a fundação da Aliança Atlântica: perante a imprevisibilidade de Washington, a Europa procura ancorar-se noutra democracia do continente. Mas a mesma lucidez obriga às perguntas que o discurso deixou em aberto. **O que é, exactamente, um "*Membro Associado*"?** Que acesso ao mercado interno, que participação nos programas comuns,

que integração das bases industriais de Defesa implicará? Terá o Canadá voz sem voto? Capacidade de influenciar decisões sem as tomar? E que precedente se abre para outros: para o Reino Unido, para a Noruega, para os próprios países candidatos, que cumprem o trabalho árduo do alargamento e veem agora um país terceiro aceder, por outra via, a um estatuto privilegiado? A ideia é poderosa; a sua tradução será um dos grandes debates europeus dos próximos anos.

Esta aposta nas parcerias não se esgota, porém, no Canadá. A União assinou recentemente acordos de comércio livre com a Índia, o Mercosul, o México, a Austrália e a Indonésia. É a afirmação de uma Europa que prefere ser protagonista do que ser espectadora da nova ordem mundial e que, quando não encontra tanto respaldo nas velhas alianças, trata de construir novas pontes, noutras latitudes.

O que não ficou por dizer

O discurso deste ano não se reduziu, porém, a estas dimensões económicas, comerciais ou de segurança. **Von der Leyen falou do flagelo que enfrentámos, uma vez mais, neste verão**. Recordou as dezenas de milhares de mortes acima da média nas ondas de calor, que ultrapassam as 35 mil; os 660 mil hectares ardidos; um continente que aquece o dobro do ritmo global. Sustentou o compromisso de manter o rumo para o cumprimento das metas climáticas e um conjunto de propostas para aumentar a nossa resiliência: um plano europeu para as ondas de calor, uma iniciativa para a água, uma frota europeia de combate a incêndios.

Nas migrações, a redução das entradas irregulares foi apresentada como **prova de que o Pacto para as Migrações e o Asilo funciona**. E avançou com um novo quadro de resposta de emergência cuja tensão com os direitos fundamentais exigirá vigilância, desde logo do Parlamento Europeu. E a frase dirigida a Espanha ("Ceuta é Espanha, Ceuta é Europa") recordou que todas as fronteiras externas são fronteiras de todos. Podia e devia ter falado mais de solidariedade, mas a mensagem foi clara.

No plano institucional, dois sinais merecem uma palavra de destaque.

O primeiro diz respeito à **Hungria**. Von der Leyen recordou o 12 de Abril como a prova de que o retrocesso é reversível e de que um povo pode escolher, de novo, a Democracia e a Europa. Reafirmou a ligação entre fundos europeus e Estado de Direito, que deve permanecer, como bem disse, no centro do próximo quadro financeiro plurianual.

O segundo é o "***Kids Act***", com a interdição de redes sociais a crianças com menos de 13 anos de idade e limites entre os 13 e os 18 anos. A mensagem para as grandes empresas tecnológicas foi clara e podemos esperar um impacto concreto, mas nenhum de nós duvida da mais-valia destes passos que protegem as nossas crianças e os nossos jovens de fenómenos "em linha" que não poucas vezes têm consequências trágicas.

Por fim, o anúncio de um **novo Congresso da Europa**, evocando o de 1948 e o 70.º aniversário do Tratado de Roma, revela a consciência de que a União tem de olhar para lá das urgências do presente e com uma perspectiva de futuro do projecto europeu como ideia e ideal. Um projecto que se defende, também, reconquistando a imaginação e o afecto dos europeus. Veremos como se concretiza.

Agora, o mais difícil: dos anúncios para a acção

Feito o discurso, ficamos com a impressão de a Comissão quer uma Europa que não pede desculpa por querer ser potência. **Há nele mais geopolítica do que gestão**; mais urgência do que celebração. É essa a sua força retórico, mas também o seu risco real. Porque **a distância entre uma Europa que anuncia e uma Europa que executa é o espaço onde os populismos prosperam**. A Presidente entregou a lista do que é preciso fazer. Falta fazer.

E há, neste discurso, uma ideia que ficará para lá de todas as iniciativas anunciadas. Ao imaginar o Canadá como primeiro Membro Associado, Von der Leyen colocou - talvez sem o dizer claramente - a pergunta que décadas de integração ainda não responderam: **onde acaba a Europa?** Se um país do outro lado do oceano pode associar-se ao nosso destino, então a Europa é, cada vez menos, um lugar no mapa e, cada vez mais, uma escolha feita de valores. É uma resposta política ambiciosa aos que quiseram reduzir a Europa a uma fronteira e a soberania a um muro.

A soberania partilha-se para não se perder. A segurança é indivisível ou não é segurança. E a Europa, neste tempo mudança, ou aprende a decidir depressa, em conjunto e sem medo do seu próprio poder, ou o seu destino será decidido por outros. O discurso de hoje escolheu a primeira hipótese. **Falta agora que os vinte e sete a escolham também**.

Carlos Coelho

Presidente da Plataforma de Cidadania Nossa Europa

Comissário Nacional para as Comemorações do 40º Aniversário da Adesão de Portugal à União Europeia